

DOSSIÊ TEMÁTICO

Educação do Campo em Perspectiva Latino Americana

DOI: 10.22481/praxis.v13i26.2827

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E PRÁTICA EDUCATIVA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: EXPERIÊNCIA DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DOM FRAGOSO NO CEARÁ

Pedagogy of Alternation and Pedagogical Practice in Education by and for the Countryside:
The Experience of the Dom Fragoso Farm Family School in Ceará

Pedagogía de la Alternancia y práctica educativa en la educación del campo: experiencia de la
escuela Família Agrícola Dom Fragoso en Ceará

Regina Coele Queiroz Fraga

Universidade Estadual do Ceará - Brasil

José Ribamar Furtado de Sousa

Universidade Federal do Ceará - Brasil

Resumo

A Pedagogia da Alternância é proposta escolar nos sertões de Crateús, Ceará, Brasil desde 2001 com a criação da Escola Família Agrícola Dom Fragoso (EFA Dom Fragoso). É dessa experiência pedagógica que falamos. Iniciamos por fazer explanação sobre a História da Educação Brasileira no tocante à Educação Popular que por sua vez, produz a gênese da Educação do Campo. Os movimentos sociais em geral, e em seguida, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) alteram a realidade nos sertões cearenses no que diz respeito à luta pela terra e pelas escolas rurais, hoje escolas do Campo. A EFA Dom Fragoso é herdeira das lutas sociais organizadas por agricultores vinculados ao MST e à Comissão Pastoral da Terra (CPT). As articulações desses movimentos sociais com os sindicatos dos trabalhadores da agricultura, em meados de 1980, somam um todo orgânico e fazem florescer as primeiras ideias de Educação do Campo. Dentre várias experiências, como as escolas populares e as escolas do MST a EFA Dom Fragoso nasce nesse contexto e edifica particularidade. Apresentamos parte dos resultados de pesquisa realizada a partir de acompanhamento de educandos matriculados ou egressos com domicílios no 'Assentamento Monte Alegre', Ceará, Brasil, e que praticam a Pedagogia da Alternância com orientação dos monitores da EFA Dom Fragoso.

Palavras chave: Escola Família Agrícola Dom Fragoso. Pedagogia da alternância. Prática educativa.

Abstract

The Alternation Pedagogy is a scholar proposal on the countryside city of Crateús, Ceará, Brazil, since 2001, with the creation of the School Família Agrícola Dom Fragoso (EFA Dom Fragoso). It's about this pedagogical experience that we talk. We begin by doing an explanation about the History of the Brazilian Education concerning the Popular Education that, in its turn, produces the genesis of the Country Education. The social movements in general and, consecutively, the Landless Workers Movement (MST) changed the reality of the countryside in Ceará regarding the "fight for land" and for the rural schools, nowadays called Country Schools. The EFA Dom Fragoso is inheritor of the social movements organised by farmers linked to MST and to the Land's Pastoral Commission. The articulations of these movements with the farmers' syndicate, in the middle of the 1980s, sum an

organic whole and spring the first ideas of the Country Education. Among various experiences, such as popular schools and the MST schools, EFA DomFragoso was born and builds peculiarity. We present part of the results from the research made from following enrolled students or graduated students with residence in Assentamento Monte Alegre, Ceará, Brazil, and that practice the Alternation Pedagogy with orientation of the tutors from EFA Dom Fragoso.

Keywords: Alternation pedagogy. School Família Agrícola Dom Fragoso. Educational practice.

Resumen

La Pedagogía de la Alternancia es una propuesta escolar en Crateús, Ceará, Brasil desde 2001 con la creación de la Escuela Família Agrícola Dom Fragoso (EFA Dom Fragoso). Es de esta experiencia pedagógica que hablamos. Iniciamos por hacer una explanación sobre la Historia de la Educación Brasileira con respecto a la Educación Popular que, por su vez, produce la génesis de la Educación del Campo. Los movimientos sociales en general, y en seguida el Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra (MST) alteran la realidad en Ceará en lo que concierne a la lucha por la tierra y por escuelas rurales, hoy escuelas del campo. La EFA Dom Fragoso es heredera de las luchas sociales organizadas por agricultores vinculados al MST y a la Pastoral de la Tierra (CPT). Las articulaciones de estos movimientos sociales con los sindicatos de los trabajadores de la agricultura, en mediados de 1980, conforman un todo orgánico y hacen florecer las primeras ideas de Educación del Campo. Entre varias experiencias, como las escuelas populares y las escuelas del MST, la EFA Dom Fragoso nace en este contexto y edifica particularidad. Presentamos parte de los resultados de investigación realizada a partir del acompañamiento de educandos inscriptos o egresos con domicilio en el Asentamiento Monte Alegre, en Ceará, Brasil y que ejercitan la Pedagogía de la Alternancia con orientación de los monitores de la EFA Don Fragoso.

Palabras clave: Escuela Família Agrícola Dom Fragoso. Pedagogía de la alternancia. Práctica educativa.

Introdução

Realizamos estudo sobre a Pedagogia da Alternância a partir do trabalho da Escola Família Agrícola Dom Fragoso localizada nos sertões de Crateús/Inhamuns¹, Ceará, no Nordeste Brasileiro. Esse artigo é parte da pesquisa² Pedagogia da Alternância na Prática Educativa de Famílias do Campo: o caso do Assentamento Monte Alegre em Tamboril, Ceará, vinculada ao eixo temático: Educação de jovens e adultos, dinâmicas sociais no campo e na cidade da linha de pesquisa Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola do Curso da Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Ceará.

A partir da prática educativa observada nos dois lugares, EFA Dom Fragoso e Assentamento Monte Alegre, temos intenções de colaborar com os debates na Educação do

¹Localizados na região Centro-Oeste do território cearense no Nordeste Brasileiro caracterizado pelo bioma Caatinga típico dos sertões semi-áridos. Segundo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2005, o território tem área total de 24.523,796 km², com população de 384.377 habitantes e é composto de 15 municípios.

²A pesquisa contou com apoio de bolsa da Fundação Cearense de Amparo a Pesquisa (FUNCAP, Ceará).

Campo no que concerne a aspectos pedagógicos inovadores utilizados pela escola pesquisada, e, além disso, conseguimos identificar em eventos e discussões públicas, que a escola é reconhecida como provocadora de novas práticas educativas para trabalhadores e estudantes em assentamentos e comunidades rurais do Ceará.

Ao compreendermos tais práticas, teceremos críticas para elucidar questões inerentes às causas sociais de homens e mulheres do Campo que, organizados, entendem ser necessário fortalecer demandas próprias à sua existência como família assentada.

Na sociedade com causalidades capitalistas, entendemos que a produção dos residentes no campo, mesmo subordinada à lógica mercadológica, remete a uma compreensão do processo histórico vivido que constituiu e que mantém os assentamentos rurais e a sua contraordem e, com isso, revela grandes contradições que além de indicarem a presença da luta de classes podem subsidiar reflexões críticas para a prática de atividades que possam manifestar outras possibilidades de produção tanto material como espiritual.

Para entendermos como a prática educativa se realiza nesse contexto, fizemos observações, grupos focais e entrevistas tanto na escola como no assentamento. Na escola intervimos junto aos educandos, monitores e membros da Associação Escola Família Agrícola de Independência (AEFAI)³, no assentamento junto às famílias de um modo geral, com observações e visitas domiciliares e, em especial, entrevistamos membros das famílias que se consideravam diretamente envolvidos com a escola e outros que julgamos importantes para ampliar nossa visão sobre a realidade investigada.

O assentamento Monte Alegre e a prática educativa das suas famílias são campo fértil para a identificação das características da formação promovida pela Pedagogia da Alternância. Pretendemos transformar os achados em síntese crítica cada vez mais consciente a fim de argumentar sobre a situação histórica e a condição social em que vivem os residentes do campo.

Os dados apresentados pelo Projeto Político Pedagógico da EFA Dom Frágoso são componentes de pesquisa importante para nós. Utilizaremos as informações para visualizar, na prática docente, os possíveis mediadores de análise entre as informações que estão postas

³A Associação Escola Família Agrícola de Independência (AEFAI) é a figura jurídica que ampara legalmente o trabalho da escola junto aos órgãos de governo e que também lutam por sua manutenção financeira, mas, mais importante que isso, é o grupo de pais, mães, professores, monitores, estudantes e outras pessoas engajadas que assumem a escola na teoria e na prática: administração geral e pedagógica. Eles se reúnem como assembleia e decidem juntos com aqueles que ficam na escola com mais constância - professores, monitores, estudantes - sobre os trabalhos da EFA Dom Frágoso.

no papel e o que se realiza de fato no assentamento e na vida das famílias que se querem camponesas.

Ademais se as ações pedagógicas por si só não superam o dualismo histórico e estrutural próprio à sociedade de classes, avançam na demonstração do que é possível ser feito no plano imediato e podem criar mediações importantes para novas formas de educar no Campo com os camponeses.

Discorreremos sobre a contextualização histórica da educação brasileira com destaque para o dualismo classista, elemento provocador do modo como a Educação do Campo se organiza e ganha atual forma, e, ainda, apresentamos como surge a primeira escola família agrícola brasileira que influencia a iniciativa para outras EFAs em todo o Brasil como por exemplo a EFA Itapirema de Ji-paraná no estado de Rondônia. Destacamos essa informação porque a EFA de Ji-paraná foi citada por um dos idealizadores e executores da EFA Dom Fragoso como sendo a escola visitada para conhecimento da experiência, daí a coragem para reinventar essa experiência no Ceará.

Contamos sobre o modo de ser da EFA Dom Fragoso a partir da nossa experiência pessoal para, em seguida, explicar como somos instigadas a optar pela pesquisa nesse *locus* e, então, apresentamos estratégias de intervenção com descrição de algumas falas dos sujeitos da pesquisa para, assim, discutirmos os dados da pesquisa.

A História denuncia o Dualismo e as reações na Educação Popular: a Educação do Campo desabrocha

No Brasil, ainda colônia de Portugal, a educação confundia-se com catequização e colonização dos povos nativos. No Império a preocupação residia em educar os filhos de Portugal e as elites que surgiam no Brasil, não o povo brasileiro. Na República muitas campanhas educativas utilizaram projetos e programas que propagandeavam a educação com interesses para a modernidade que exigia a erradicação do analfabetismo adulto e uma escola associada à formação da mão de obra que seria explorada em trabalhos manuais.

Compreendemos tais campanhas como alternativas compensatórias que, além de não alcançarem a maioria do povo, ainda findavam sendo pontuais e pouco eficazes em relação às suas parcas presunções, demonstrando total descaso com uma formação humanista para a classe trabalhadora.

Os políticos e administradores do sistema educacional, afinados à lógica hegemônica classista, criavam mecanismos políticos que mantinham um divórcio entre a educação oferecida nas escolas e a educação com interesses populares. Desse modo, funcionavam como aparatos desatentos ou repressores criadores de um “medo histórico” que só demonstraram uma intencionalidade dualista e injusta.

Sobre essa questão o que nos sugere Florestan Fernandes (1991, p.11):

Desde os mais remotos vestígios do passado colonial e escravocrata, as elites dos estamentos e das classes dominantes cultivaram um terrível medo histórico [...] Dentro desse contexto, qualquer incentivo à *educação popular* não encontrava solo histórico para florescer. Não se buscava uma hegemonia ideológica, que tornasse paralelas e interdependentes a sociedade civil e a sociedade política.

Esse medo histórico apontou, por outro lado, contradições e, na contraordem, fez com que muitos educadores, como Florestan Fernandes e Paulo Freire, em esteiras diferentes, se mantivessem firmes na denúncia das atitudes promovidas por projetos duais e antidialógicos. Ambos edificaram debates nacionais e internacionais que fortaleceram a organização dos movimentos sociais, de modo particular, o movimento camponês (MST, 2005), sem deixar sucumbir esperanças de uma Educação para Todos e, de fato, Popular.

Florestan Fernandes atuou principalmente junto às Universidades, que se concentravam nas cidades, e junto à direção do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) (MORISSAWA, 2001), enquanto Paulo Freire trabalhou mais diretamente com a alfabetização de adultos, tanto nas áreas rurais como nas periferias das cidades, com a forma que depois foi definida como Pedagogia do Oprimido.

Mesmo com esforços desses intelectuais que compreendiam o dualismo educacional brasileiro e tentavam transformar tal realidade, predominava, na pauta primeira do governo, a educação classista boa para as elites.

Restava, para filhos de trabalhadores urbanos, a educação primária e, para os filhos dos trabalhadores rurais, salas isoladas e multisseriadas⁴. A educação do povo brasileiro, nas cidades e nos campos, não era escolha vossa, uma vez que eles não foram escutados pelos administradores dos governos. Os gritos de seus movimentos não foram suficientes para tornar séria e verdadeira a intervenção educativa para com eles.

⁴ Salas de aula que funcionam para estudantes com idades e necessidades diferentes, são várias séries no mesmo ambiente, onde o professor trabalha com diversos conteúdos de forma simultânea, prática comum na área rural ou no Campo do Brasil.

A bandeira da Educação para Todos que a modernidade trouxe, avançada em seu discurso, foi apropriada à lógica do capital e manteve, na prática, o caráter dual de sempre. Em época mais recente, adicionaram-se críticas e argumentações transgressoras àquela bandeira. O discurso ampliou-se para o que se chamou de Educação Diferenciada⁵, esse, pelos mesmos motivos capitalistas, não ganhou força de transformação e, em nosso modo de ver, apresenta-se frágil, pois, em si, não carrega a marca conceitual que a bandeira da Educação para Todos ainda detém.

Tais bandeiras e seus discursos não vêm acompanhados de ações eficazes por parte do Estado, ou seja, não são postas em prática políticas de qualidade. Essas deixam, sim, ideias e ações reais de educadores comprometidos com a educação de qualidade para todos, proclamadas e vividas de forma teimosa na intimidade das vidas de muitas comunidades com as quais os educadores se relacionam.

A Educação Popular, que aos poucos e com iniciativas permanentes e constantes foi ganhando espaço junto a pautas de governos, é resultante do trabalho dos educadores comprometidos. Assim sucedeu também com a educação que acontecia no campo e que nem sempre foi de fato dirigida para os camponeses.

A Educação do Campo, inserida na Educação Diferenciada, é exemplo dessa teimosia (ROMANELLI, 2006) ou (RIBEIRO, 2010). Educadores e famílias organizadas fizeram valer uma mudança, que, se não é radical, pois não são dadas condições objetivas para sua realização de forma plena, é significativa.

Em 1998, foi criada a Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, entidade supra-organizacional que passou a promover e gerir as ações conjuntas pela escolarização dos povos do campo em nível nacional. Dentre as conquistas alcançadas por essa Articulação estão: a realização de duas Conferências Nacionais Por Uma Educação Básica do Campo – em 1998 e 2004; a instituição pelo CNE – Conselho Nacional de Educação; as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2002 e a instituição do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT), em 2003. (SECAD, 2004 apud SANTOS, 2012, p. 7).

Na ampliação de objetivos e perspectivas, dentre tantas conquistas importantes e considerados os limites postos pelo modelo de sociedade, pomos em relevo o recente Decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010, que ordena a política de educação do campo, o

⁵ A proposta oficial para Educação Diferenciada nas escolas do Campo pode ser mais bem compreendida com a leitura dos Cadernos SECAD 2: Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas, publicação do MEC, Brasil.

Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA e ainda, a Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica no Campo.

Da Resolução de 2002, destacamos o parágrafo único que apresenta reflexão sobre a escola do campo “dever ser” definida a partir de questões inerentes à vida dos sujeitos do campo com vistas “à qualidade da vida social” (Brasil, 2002, p. 297). Mas asseveramos com acréscimo crítico: para o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) tornar-se pauta política e organizar-se como projeto realizável, a mobilização e a organização dos militantes dos movimentos sociais no Campo foram prementes.

A discussão da nomenclatura *Educação no Campo ou Educação do Campo* (ARAUJO & SILVA, 2011), nesses documentos, está revestida de componentes ideológicos tradutores de anseios, razões e sensibilidades de homens e mulheres edificadas na luta do povo da “roça” ou da “área rural”. Esses homens e mulheres, com os passos da história, começam a se compreender como sujeitos que nacionalmente possuem uma identidade fincada na “terra” como necessidade de existência concreta.

A negação do termo “rural” e a afirmação do termo “campo” são ricas de significados históricos e epistemológicos para essa identidade, bem como a definição de agricultura familiar e camponesa se transveste de novos significados.

A experiência ganha na participação em movimentos sociais concretizou a Educação do Campo em contraposição a outra: a Educação no Campo. Essa, mesmo acontecendo formalmente no Campo, não compreende muito menos se compromete com os sujeitos do campo. Nesse sentido, é projetada para transformar esses sujeitos em urbanos com vistas ao desenvolvimento das riquezas dos donos da terra, dos latifundiários.

Tal forma de fazer educação, sem crítica ao modo de vida que ela projeta, é uma força ao silenciar da crítica e aos “opressores” (FREIRE, 2005). O poderio da União Democrática Ruralista (UDR)⁶, por exemplo, que se perpetua não apenas na esfera empresarial, mas também na política, infiltra-se nas discussões e decisões sobre a educação brasileira e, por isso, precisa ser elemento de análise nas salas de aula do campo e da cidade, para que possamos compreender a força reprodutiva e destrutiva do capital. Assim, é importante saber sobre a conjuntura nacional para que nos apropriemos da nossa história local com visão crítica.

⁶ Essa informação pode ser compreendida com a leitura dos documentos e discussões encontradas no site: www.udr.org.br.

Movimentos de agricultores produzem criatividade e iniciativa nos Sertões de Crateús/Inhamuns do Ceará

Nos sertões Crateús/Inhamuns, os movimentos sociais, quando da sua organização apoiada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, em seguida, com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), alteram a realidade desses sertões, tanto no que concerne à luta pela terra quanto em relação às escolas rurais. O MST surge a partir de organizações como a CPT e os sindicatos dos trabalhadores da agricultura que, em meados de 1980, somam um todo orgânico e fazem florescer as primeiras ideias que iriam inspirar a Educação do Campo.

Essa história se inicia na década de 1960 (Castro, 2010) quando o bispo Dom Antonio Batista Fragoso funda a Diocese de Crateús e inaugura os trabalhos com a Pastoral da Terra com ideários postos pela Teologia da Libertação. Os encontros e reuniões ajudam os lavradores a refletirem sobre sua vida e o trabalho no campo e também a pensar e a efetivar a organização sindical: começavam a ser criados os sindicatos dos trabalhadores rurais da região.

Os anos de 1980 marcam um período de luta por terra e pela Reforma Agrária. Por meio de ocupações de terras de fazendeiros, que exploravam e chegavam a escravizar lavradores ou agricultores, os trabalhadores Sem Terra desses sertões começam a entender que têm que conquistar terras para morar e trabalhar, porque o latifúndio é necessariamente usurpador de vida digna para quem trabalha na terra.

Desse modo, então, essas ocupações, muitas vezes como áreas de litígio, resistiram com os acampamentos formados por homens e mulheres que também organizavam seus sindicatos e, assim, conseguiram ser reconhecidos em seu direito de posse sobre às terras nas quais moravam e produziam. A organização e a luta os levaram a objetivação dos assentamentos e transformaram-nos em assentados.

O assentamento Monte Alegre tornou-se realidade também a partir de disputas de terra entre proprietário e agricultores que viviam a mercê do proprietário, muitos desses sofriam cotidianamente com relações de trabalho que se assemelhavam à escravidão ou à servidão. A superação dessas relações os fez livres para pensarem como queriam viver. Eles queriam decidir sobre o que produzir e o que estudar e entendiam que a trajetória não seria fácil e que a luta precisava continuar.

Dentre várias experiências de educação vividas por eles, como as escolas populares da CPT e as experiências adquiridas com a alfabetização de adultos em projetos e programas desenvolvidos pelo MST em seus acampamentos e assentamentos, a experiência das escolas famílias agrícolas⁷, que fazia parte do contexto nas discussões, ganhou força por conta do somatório de condições objetivas: a doação de um terreno por parte de um admirador da luta e o engajamento dos membros da CPT que decidiram assumir o trabalho com a escola.

Na primeira década do século XXI a Escola Família Agrícola Dom Fragoso (EFA Dom Fragoso) foi se constituindo realidade, tratava-se da primeira experiência de escola formal para filhos de agricultores nesses sertões.

As reuniões do sindicato, segundo uma das participantes à época e que hoje compõe o quadro da Associação Família Agrícola de Independência (AEFAI), junto com o MST e o apoio da CPT, era um fórum de discussões que sempre trazia à tona o sonho dos agricultores por uma escola apropriada para seus filhos. Então, pais e mães agricultores participaram da criação da escola, não só no que concerne às ideias, mas também trabalharam na edificação material: o prédio e as áreas de produção vegetal e animal têm as marcas de seu trabalho.

Escola Família Agrícola Dom Fragoso: experiência com a Alternância

A EFA Dom Fragoso tem seu marco inicial de luta em 2001 e em 2002 inicia suas aulas, portanto, comemorou 15 anos em 2017, porém teve seu reconhecimento junto ao Conselho Estadual de Educação do Ceará no ano de 2012⁸, ou seja, oficialmente tem 5 anos. A gravura apresentada em seguida é emblema da instituição, está pintada em parede principal que recepciona aos que trabalham e estudam nela e aos que a visitam.

⁷ A Pedagogia da Alternância é elemento que, em sua gênese apresenta um compromisso histórico com a Educação do Campo e, portanto ilustra e dinamiza esse contexto. Como fenômeno educativo nascente da criatividade de camponeses franceses com experiência das Casas Familiares Rurais, a prática educativa da Pedagogia da Alternância é marcada pela organização das famílias com vida rural organizada pelo catolicismo social e pela ação dos leigos com apoio de membros da Igreja Católica. Na Itália a Pedagogia da Alternância torna-se política de estado e funda-se, na década de 1960 com as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) (NOSELLA *apud* RIBEIRO, 2010). A EFA do Ceará, batizada como Escola Família Agrícola Dom Fragoso, mesmo sendo criada como escola, ideia da Itália, não como casa, como na França, tem particularidades que não podem ser tomadas como integralmente ligadas a uma ou outra experiência.

⁸ Estávamos presente à Assembleia da AEFAI, em 28 de fevereiro de 2012 quando a comunidade recebeu a notícia do reconhecimento do curso de nível médio profissionalizante em Agropecuária. A notícia foi comemorada por pais, monitores, educandos e entidades presentes.



Conhecemos a proposta da EFA Dom Fragoso quando, na Faculdade de Educação de Crateús (FAEC)⁹, fomos convidados a ministrar palestra para o primeiro grupo de professores e monitores. Nessa época as instalações da escola ainda estavam sendo edificadas, não tinham a estrutura atual. A partir desse momento, de quando em vez, éramos solicitados a realizar intervenções de formação para monitores e educandos, sem vínculo empregatício, atuávamos como colaboradores.

Nessas ocasiões, soubemos que a rotina da escola se organizava a partir do tempo de estadia dos alunos, chamados educandos ou “alternantes”. Os mesmos permaneciam 15 dias na escola (sessão escolar) e 15 dias em casa (sessão familiar). Essa alternância era dos educandos, desta feita e por esta razão, alternantes. A turma de educandos, pois, era composta por duas séries: 7ª e 8ª, ao sair da sessão escola para a sessão família ou comunidade, dava vez a outra turma, com 1º e 2º anos que voltava da sessão família ou comunidade e chegava para sua sessão escola.

Portanto, em 2005 a escola trabalhava com 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 1º e 2º anos do Ensino Médio. Atualmente a EFA Dom Fragoso tem o ensino médio, do 1º ao 3º anos. O calendário escolar, ainda hoje, continua organizado em sessões quinzenais, durante todo o ano letivo.

Na sessão escola ou tempo escola, como é comumente chamado, os educandos participam de aulas com conteúdos escolares formais, próprios ao currículo exigido para o ensino médio em todo Brasil, além de conteúdos teóricos e práticos, seja em sala de aula ou em atividades nas unidades de produção para a formação técnica em Agropecuária. Junto com professores e monitores, elaboram Plano de Estudo (PE), que é o provocador das atividades na sessão família/comunidade.

⁹ A FAEC funciona em campus acadêmico vinculado à Fundação Universidade Estadual do Ceará, instituição pública. Está localizada na cidade que recebe o nome Crateús e que também dá nome aos sertões onde fica a escola e o assentamento que são focos da pesquisa.

Na sessão família/comunidade, também chamada de tempo comunidade, os alunos trabalham com atividades interventivas a partir de orientações recebidas e acompanhamento personalizado dos seus professores e monitores. Essa tem como objetivo por em prática e ampliar os conhecimentos adquiridos de forma real e concreta em suas comunidades, desta feita, não apenas para cumprir tarefas, mas para, de fato, colaborar para práticas que possam ser incorporadas à realidade das comunidades e assentamentos.

Os conhecimentos aprendidos, testados e avaliados criticamente nessa dinâmica de alternância torna-se prática profissional e social para os educandos/alternantes. Os assentamentos e comunidades, por sua vez, quando encontram nos PE's não só um dever escolar, mas uma possibilidade de descobrir novas formas de desenvolver suas atividades, inova em seu modo de trabalhar e de organizar a vida.

É nesse diálogo constante provocado pelo PE que os educandos, com acompanhamento personalizado dos monitores, definem qual será o Projeto Profissional do Jovem (PPJ), hoje denominado Projeto de Vida da Família Camponesa (PVFC)¹⁰, que será desenvolvido e apresentado para bancada de professores como trabalho final exigido para conclusão do ensino médio em Agropecuária.

O Projeto de Vida da Família Camponesa tem, para além de uma atividade de valor acadêmico, a intenção de possibilitar que o jovem educando termine seus estudos na escola com uma atividade concreta que venha a se tornar viável para si e para seu assentamento ou comunidade.

A EFA Dom Fragoso organiza-se como uma comunidade rural, respeita os melhores lugares para residências, dormitórios e refeitório e unidades de trabalho, além de jardins e espaços de convivência e lazer. Todos mantidos com cuidados nas condições possíveis, em sua maioria, traduzem intenções de fortalecer a ideia de simplicidade com trabalho coletivo e reflexão, revelando o grande objetivo da escola:

Promover uma formação contextualizada e integral de jovens agricultores/as camponeses/as, buscando desenvolver o protagonismo juvenil e tecnologias

¹⁰Geralmente as escolas famílias agrícolas são profissionalizantes em Agropecuária e em seus currículos está prevista como avaliação acadêmica do jovem educando um projeto profissional ao final do curso. Na EFA Dom Fragoso em 2013 o Projeto de Vida da Família Camponesa (PVFC) substituiu Projeto Profissional do Jovem (PPJ). Essa alteração tanto foi de forma como de conteúdo. É um texto escrito sobre o trabalho prático que ele desenvolveu com sua família ou comunidade. Pode ser um projeto no âmbito do grupo familiar ou um projeto coletivo, ou seja, que envolva demais famílias do assentamento, ou até o assentamento como um todo. O texto é composto com uma apresentação sobre o assentamento ou comunidade, um capítulo que trata da Pedagogia da Alternância na perspectiva do educando e como essa o levou a desenvolver o projeto prático das unidades de produção. No PVFC deve constar proposta de três unidades de produção articuladas entre si: descrições de como elas foram desenvolvidas e orçamento com previsão de três anos.

apropriadas para a convivência com o semiárido do território Inhamuns/Crateús, na perspectiva do bem viver no sertão cearense. (EFA Dom Fragoso, 2010).

Para tanto, utilizam os recursos disponíveis na própria comunidade e ilustram seus espaços de trabalho com pinturas e tabuletas que atuam como uma lembrança constante da sua filosofia. Entendemos que essa forma de organizar os espaços presta informação significativa para os educandos, pois pratica o que ensina e alimenta com ideias o PVFC.

Conteúdos estudados e teorias discutidas nas diversas áreas de conhecimentos muitas das vezes são transformados em ilustração dos cadernos e também em decoração dos vários espaços de convivência. Exemplo disso são as tabuletas identificadoras das diversas salas. Vejamos as fotos de algumas dessas salas:



As experiências que os educandos/alternantes vivenciam na escola são levadas para seus lugares de moradia e cotidianos comunitários. Para compreendermos bem o movimento e a prática da alternância, acompanhamos dois educandos residentes no Assentamento Monte Alegre e convivemos com sua rotina, tornando-nos pesquisadores alternantes.

Não conhecíamos o assentamento, até então, de fato já havíamos convivido com assentadas do Monte Alegre em formação com cursos gerados pelo Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária (PRONERA/MST): Magistério da Terra, que formou professores/militantes em nível médio para atuar junto a crianças de 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental, nesse curso haviam cinco alunas do referido assentamento.

Através da assessoria no Curso de Educação Contextualizada no Semiárido¹¹, promovido pela Cáritas Diocesana de Crateús (CDC), que transcorreu na cidade de Tamboril, os assentados, as educadoras e as crianças do Monte Alegre chamavam nossa atenção quando expunham suas apresentações grupais e discursos individuais, pois possuíam uma riqueza dialógica que instigava uma maior curiosidade sobre suas práticas.

A experiência no projeto de Educação Contextualizada no Semiárido também nos fez sabedores de que esse assentamento fazia esforços significativos para programar suas atividades e ações com base nas aprendizagens propostas pela Pedagogia da Alternância. Com o propósito de conhecer a Pedagogia da Alternância, em sua prática consequente para o Assentamento Monte Alegre, optamos por realizar um estudo de caso no referido assentamento.

A fim de edificar uma relação adequada com os dois lugares, realizamos pesquisa exploratória durante dois meses. Essa pesquisa inicial ajudou-nos a compreender, de imediato, rotinas e exigências cotidianas apropriadas pela Pedagogia da Alternância tanto na EFA Dom Fragoso como no Assentamento Monte Alegre.

Estabelecemos um período significativo de convivência tanto com a Escola Família Agrícola Dom Fragoso, agente da Pedagogia da Alternância, quanto com o assentamento, que no sentido pedagógico, recebe a ação da EFA Dom Fragoso. Foram oito meses de convivência como pesquisadores, em que pudemos verificar como as atividades e ações da EFA Dom Fragoso se concretizavam.

Essa iniciativa nos levou a acompanhar dois educandos em suas atividades como alternantes e o trabalho desenvolvido por monitores, professores e pela família desses educandos, bem como nos proporcionou a compreensão do modo de vida dos assentados e assentadas. Abaixo fotografia parcial do Assentamento Monte Alegre.

¹¹De 2007 a 2009 assessoramos o Projeto de Educação Contextualizada no Semiárido em Comunidades e Assentamentos Rurais em Tamboril, Ceará. O projeto é de formação de educadores para elaboração de uma proposta de Projeto Político Pedagógico (PPP) nas escolas das comunidades e assentamentos que toma como objetivo maior a Educação Contextualizada no Semiárido. Fomos contratadas pela CDC, Crateús para assessorar os estudos referentes à elaboração do PPP. Desta feita, a Pedagogia da Alternância é praticada na formação de educadores e educadoras que são convocados como população do Campo no Semiárido a buscarem atividades educativas que resgatem as origens e tradições das comunidades e possam analisar criticamente a lógica da sociedade capitalista em sua opressão social, econômica e cultural.



Fonte: Autores

O assentamento Monte Alegre e a EFA Dom Fragoso, cada qual com sua função, aparecem no cenário local como fortes aliadas dos agricultores e agricultoras familiares dos Sertões Crateús/Inhamuns, o assentamento pela sua trajetória política e sindical e como representante de lutas para enfretamento de conflitos de terra. O assentamento Monte Alegre, no caminho da CE 176, está distante da EFA Dom Fragoso, que se localiza no município de Independência, Ceará, Brasil, cerca de 70 quilômetros e, por sua vez, fica cerca de 35 quilômetros de distância da cidade sede do município, Tamboril, Ceará.

As características geológicas no entorno das cidades assemelham-se. Tamboril, município no qual está localizado o referido assentamento, tem a presença da Serra Branca e, em seu lado oposto, a Leste, situa-se o município de Monsenhor Tabosa também no Estado do Ceará.

Formado por 29 unidades familiares, grande parte com parentesco entre si, o assentamento Monte Alegre originou-se da mobilização de 07 famílias vindas do Assentamento São Manoel também no município de Tamboril. Essa decisão foi tomada a partir das mobilizações políticas dentro do próprio assentamento de origem e por conta da população estar com número de pessoas maior que a aceitável diante do que suportaria a convivência por tempo maior nas terras.

Os assentados entendiam que em pouco tempo haveria o esgotamento do espaço territorial para o que eles pretendiam produzir e, então, buscaram novas terras, o que os fez localizarem e ocuparem a área que hoje é conhecida como Assentamento Monte Alegre.

Em entrevistas com os assentados, fossem esses pais de educandos da EFA Dom Fragoso, matriculados, egressos ou desistentes, os próprios educandos e outros assentados que se dispuseram a dialogar com a pesquisa, todos revelaram a forte influência que o trabalho da

EFA Dom Fragoso tem para o assentamento Monte Alegre e para outros que se localizam em seu entorno. Destacamos, em forma de citação a compreensão de alguns sobre a escola. A seguinte argumentação é de uma das mulheres que participaram da ocupação da terra e que é mãe e tia de educandos matriculados e egressos, ela fala das mudanças que a escola trouxe em termos de produção:

[...] a partir do momento que os alunos daqui foram estudar na EFA, isso para nós tanto como família como comunidade foi um fortalecimento muito grande. A gente não tinha conhecimento nessa área, isso veio fortalecer tanto dentro dos trabalhos do campo, dos quintais produtivos, a forma de cultivar, a forma dos cuidados com o meio ambiente [...] não só dentro da comunidade, mas também fora da comunidade. Foram se alargando as informações [...] os meninos eram chamados para falar dessa experiência, e nós também como família [...].

Um dos homens, também percussor no assentamento e pai de aluno matriculado e de um dos egressos da turma pioneira em nível médio, também argumenta sobre essa questão da inovação na produção e também da postura política diante da agricultura.

[...] aproveitamos todo o adubo orgânico, aproveitamos a água que temos, diversificamos uma série de plantas que alimentam a gente, desde frutas, hortaliças, plantas caseiras que fazem remédios caseiros [...] você cria galinha, você cria porco, você cria umas quatro vaquinhas que dá pra sustentá-las, e esse trabalho vem fazendo com que a gente levante a cabeça e levante a voz e chegue até o poder público reivindicando apoio para essa forma de produção.

Outro residente, desta feita jovem e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e irmão de aluno egresso afirma sobre a prática pedagógica da escola:

[...] e essa pedagogia que a escola trabalha, ela não prepara o aluno simplesmente para o mercado de trabalho, prepara para a formação da consciência [...] um ser humano consciente diante da sociedade que nós vivemos hoje, diante do processo político e organizativo.

A presença de educandos/alternantes assentados no Assentamento Monte Alegre demarca a história e o contexto atual da EFA Dom Fragoso desde suas primeiras turmas. Os educandos desse assentamento hoje, além de desenvolverem atividades agrícolas no Monte Alegre, exercem atividades de Assistência Técnica (ATER) junto ao MST, à CDC em Crateús e conservam uma vida camponesa mesmo tendo também vida e trabalho nos centros urbanos mais próximos.

O assentamento preserva marcas significativas dos ensinamentos dessa escola, um deles é buscar sempre a autonomia possível diante das agências e ONG's que os empregam. Manter o trabalho com a agricultura com vistas ao seu melhor desempenho e a serviço da qualidade dos alimentos em suas próprias mesas, antes de submeterem-se ao mercado, é um ideário.

Análise da Pedagogia da Alternância

Na literatura acadêmica foram identificadas e publicadas até então três tipos de alternância pedagógica, segundo Gimonet (2007, p. 190): [...] “a falsa alternância ou alternância justaposta, [...] a alternância aproximativa e a [...] alternância real ou integrativa”. O elemento da crítica, utilizado à forma como cada uma se apresenta, é o tipo de relação estabelecida entre as atividades realizadas nos tempos de formação teórica e prática e a autonomia posta para o horizonte dos sujeitos alternantes.

A Pedagogia da Alternância, herança francesa e italiana, torna-se reinvenção metodológica (GIMONET, 2007) importante na e para a EFA Dom Frágoso de Independência, Ceará, Brasil, possibilita um movimento diferente na relação entre a escola e a comunidade, não que ela em si carregue a marca da crítica, afinal, como afirmou em entrevista um dos membros da Associação Família Agrícola de Independência (AEFAI), há diferentes comportamentos a partir dessa proposta:

Onde as pessoas já morderam essa proposta, acho que a coisa avançou mais, ao passo que aqueles que ficaram pensando no projeto profissional, uma coisa pró-forma, porque faz parte do currículo, pra prestar contas, essa coisa não faz avançar, acho que à medida que a família entra, a comunidade participa e começa a discutir não no processo em relação ao jovem, mas em relação a si mesma, a intervir, a modificar, a questionar, a repensar, aí o processo se torna mais rico, e também mais exigente pra EFA.

A prática da alternância na EFA Dom Frágoso ganha grande sentido para a prática educativa do educador e do educando e faz-nos lembrar os ensinamentos de Freire (2004, p. 96) quando afirma que “no fundo, o essencial nas relações entre educador e educando, entre autoridade e liberdade, entre pais, mães, filhos e filhas é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia”.

E também, de acordo com Santos (2012), entendemos que a Pedagogia da Alternância, como objetivação metodológica posta no cotidiano da educação do campo e praticada pelos

sujeitos envolvidos de forma real crítica e, ainda, comprometida com o saber dos camponeses, promove um diálogo entre o saber cotidiano e o saber escolarizado que faz avançar práticas que articulam trabalho e conhecimento de forma mais orgânica.

Ainda Segundo Santos (2012, p. 05):

Esta metodologia estabelece um currículo flexível para atender aos objetivos de que, em tempos e espaços alternados – Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC) – os jovens do campo tenham condições de acesso à escolarização, os conhecimentos científicos, os valores produzidos em família, os comunitários e os saberes da terra. [...] Segundo Pinho (2008) ao alternar períodos na escola e na vivência de sua comunidade, o jovem constrói conhecimento no diálogo entre o saber cotidiano, fomentado na prática e no trabalho passado de gerações a gerações e o saber escolarizado.

Quando o saber cotidiano eleva-se a escolarizado, seja pela mediação da ciência, da arte, da filosofia, articula sala de aula e docência e gera uma prática educativa familiar, esse se eleva do plano imediato para o comprometimento histórico e enriquece-se enormemente, pois enfrenta os condicionamentos da realidade com maior efeito crítico. Queremos discutir a prática educativa no sentido que nos indica Szymanski (2004, p. 12):

Práticas educativas são aqui entendidas como expressão da solicitude nas ações contínuas e habituais realizadas pela família ao longo das trocas intersubjetivas, com sentido de possibilitar aos membros mais jovens a construção e apropriação de saberes, práticas e hábitos sociais, trazendo em se interior, uma compreensão e uma proposta de ser-no-mundo com o outro. Isso inclui o processo reflexivo de desenvolvimento pessoal de todos os membros da família.

O saber cotidiano, o que acontece de forma fragmentária mas que possibilita a ação imediata, se esse baseia-se no reino das necessidades e, ora pode ser pragmático e utilitário, por outro lado, a depender do nível de coletividade e organicidade, ele pode transformar-se em práxis revolucionária.

Ponderamos então com vistas a intencionalidade do debate que continua no contexto da Educação do Campo e na pesquisa, ainda em andamento: se os sujeitos que fazem entendem as práticas educativas edificadas fortemente para a construção dessa autonomia, compreendem os limites que a condicionam e agem para a superação de tais limites no seio da vida cotidiana.

A possibilidade do diálogo produzido pela Pedagogia da Alternância, de modo especial, na dinâmica das famílias que constituem as comunidades, é germen prático no saber cotidiano e merecem atenção de educadores e educadores nesse contexto então para o

encerramento dessa reflexão aqui, citamos Heller (1987, p. 319) quando pede a ajuda de Karl Marx para construir discussão sobre o saber científico e filosófico diante do saber cotidiano. Ela afirma:

Cuando Marx escribe que lós hombres “no ló saben, pero lo hacen”, no quiere decir que actúan sin saber “qué” hacen, sino que no poseen un saber adecuado, genérico, para si (científico, filosófico) sobre lo que hacen, o dicho en otras palabras, que actuán com un saber cotidiano.

Desta feita, se o educador, o educando e as famílias do Campo entendem esse saber cotidiano e realizam crítica radical à realidade, ganham poder para transformá-la, pois constroem a autonomia desse saber por sobre a lógica do mercado, seja no plano imediato quanto no mediato. Ou seja, para a manutenção da sua rotina de existência e para deixar legado à história.

Considerações Finais

O trabalho educativo e produtivo das famílias, ao estarem juntas para engrandecer seus assentamentos, suas organizações e realizarem no processo de convivência cotidiana uma prática educativa comprometida com a relação entre vida humana, social e natureza natural, pode forjar a cada dia a prática educativa libertadora e, então, a Pedagogia da Alternância, posta como objeto na ciência da educação, incorpora desafios na contraordem do capital.

No processo de estudo que estamos, elevamos, em grande medida, o papel social de monitores e alternantes diante dessa contraordem, sejam esses alunos matriculados ou egressos, por entendermos o quão a relação entre esses é importante para que a prática educativa familiar, em sentido específico ou geral, desenvolva-se.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Família Agrícola Dom Fragoso (EFA Dom Fragoso, 2010) traz conteúdos que ajudam em uma prática educativa dialógica como propõe Paulo Freire em sua Pedagogia do Oprimido. O Plano de Estudo (PE), que o educando alternante elabora com o monitor na escola, é um elemento integrador do tempo-escola com o tempo-comunidade.

Essa atividade pedagógica, que desencadeia o processo na Pedagogia da Alternância, aproxima-se do fundamento dialógico para realização da investigação do “*universo temático* do povo ou o conjunto de seus *temas geradores*” (FREIRE, 2005, p. 101). Com o Plano de Estudo bem elaborado, que considere a realidade mesma e seus desafios para a Agricultura

Familiar Camponesa, o Projeto Profissional do Jovem (PPJ) e o Projeto de Vida da Família Camponesa (PVFC), trabalho obrigatório ao final do curso técnico em Agropecuária, torna-se ação dialógica entre a escola e a família ou assentamento ou comunidade onde o aluno alternante reside ou realiza estágio.

Entendemos que, se monitores e alunos alternantes encaminham suas pesquisas de modo a estabelecer um diálogo crítico libertador com as famílias e comunidades, o diagnóstico da realidade tornará possível o que compreendemos por educação dialógica na vida e no trabalho de agricultores familiares que se autodenominam camponeses.

A educação dialógica deve considerar as contingências de um sistema socioeconômico que segrega homens e mulheres de todas as idades e a necessidade de enfrentá-lo na luta e labuta cotidianas. Entendemos que a escola, quando debate com a comunidade em busca de condições de compreender e viver o cotidiano adverso que o sistema os impõe, é fonte rica de discussões e ações essenciais, não apenas formais.

Postas as ações contínuas e habituais como alienadas, confiamos que o debate entre escola e comunidade construa crítica à prática educativa e edifique resistências diversas na vida cotidiana, pois a elevação dessas ações ganha uma nova condição, se feita com o suporte do saber escolarizado ou científico, ao lado dos interesses da classe trabalhadora, nesse caso, camponesa, pode ajudar na superação das formas agressivas atuais de trabalho que se realiza na agricultura.

Para finalizarmos, em tempo, defendemos que ciência da educação, comprometida com a transformação da realidade, precisa munir-se de elementos do cotidiano que a ponha em constante retorno crítico. Confiamos que o movimento provocado na Pedagogia da Alternância é capaz de providenciar mediações de retorno crítico para a Educação do Campo desde que, como já afirmamos, estiver rigorosamente articulado aos valores e princípios da tradição camponesa.

Referências

ARAÚJO, Ismael Xavier; SILVA, Severino Bezerra da. **Educação do campo e a formação sociopolítica do educador**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica no Campo**. MEC/MDA, Brasília, 2002.

CASTRO, Gigi. **Retalhos de uma educação contextualizada para a convivência com o semiárido nordestino**: textos, cores, sonhos alumiados pela experiência vivida em Tamboril-Ceará-Brasil. Fortaleza: Cáritas Diocesana de Crateús, Expressão Gráfica, 2010.

EFA DOM FRAGOSO. **Projeto Político Pedagógico**. Independência: Ceará, Brasil, 2010.

FERNANDES, Florestan. A política da exclusão. In: _____. **A Educação Negada**: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra e ANCA/MST, 2004.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs***. Coleção: AIDEFA. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, Paris, AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, 2007.

HELLER, Agnes. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Ediciones Península, 1987.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **Dossiê MST Escola**: documentos e estudos 1990 - 2001. São Paulo, ITERRA, 2005.

NOSELLA, Paolo. Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil. In: RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação**: liberdade, autonomia, emancipação: princípios e fim da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação**: liberdade, autonomia, emancipação: princípios e fim da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SANTOS, Ramofly Bicalho. **Histórico da Educação do Campo no Brasil**, 2012.

>Disponível em: <<http://educampo.ufsc.br/wordpress/seminario/files/2012/01/Bicalho-dos-Santos.pdf>> Acesso em 10 de outubro.

SECAD. Ministério da Educação Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). In: SANTOS, Ramofly Bicalho. **Histórico da educação do campo no Brasil**, 2012.

>Disponível em: <<http://educampo.ufsc.br/wordpress/seminario/files/2012/01/Bicalho-dos-Santos.pdf>> Acesso em 10 de outubro.

SZYMANSKI, Heloisa. Práticas educativas familiares: a família como foco de atenção psicoeducacional. **Estudos de Psicologia**, PUC-Campinas, v. 21, maio/ago., 2004.

Doutoranda Regina Coele Queiroz Fraga

Professora Assistente da Universidade Estadual do Ceará - UECE – Campus de Crateús
Doutoranda em Educação na Universidade Federal do Ceará, Campus Benfica
Grupo de Pesquisa: Trabalho, Educação, Estética e Sociedade - GPTREES
Membro do GT CLACSO: *Cuerpos, territorios e resistências*
E-mail: regina.fraga@uece.br

Dr. Jose Ribamar Furtado de Sousa

Doutor em Economia e Ciências Políticas
Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal
do Ceará - UFC – Campus Benfica em Fortaleza, Ceará
Grupo de Pesquisa: Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola e Desenho e Análise de
Sistemas Agrícolas, CNPq
E-mail: furtado.riba@gmail.com

Recebido em: 09 de maio de 2017
Aprovado em: 26 de junho de 2017